



PROJETO AGROSSILVICULTURAL BARRO PRETO:

Produzir e Conservar



O desafio é mundial e a tarefa é de todos: produzir para os atuais 7 bilhões de pessoas que precisam cada vez mais do alimento que a terra produz, mas também cuidar para não esgotar os recursos naturais – especialmente a água – nem erradicar as florestas que abrigam bens públicos globais, fauna e flora, necessários à nossa qualidade de vida. O desafio é estabelecer um modelo de desenvolvimento que respeite os limites da natureza e dê respostas à necessidade de sobrevivência digna das pessoas.

A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), órgão do Ministério da Agricultura, a empresa MARS Center for Cocoa Science, o Sindicato de Barro Preto e a Prefeitura Municipal de Barro Preto estão desenvolvendo, no Sul da Bahia, um projeto original denominado **Projeto Agrossilvicultural Barro Preto**, que tem como objetivo construir uma alternativa para a cacauicultura em crise no município e buscar o desenvolvimento rural sustentável pela prática da exploração agrícola, sob os princípios do conceito inovador e revolucionário da Conservação Produtiva.

Para o Superintendente da Ceplac na Bahia, Juvenal Maynard, “estamos diante de um dilema e de um desafio. Como fazer com que a atividade agrícola seja lucrativa para o produtor sem derrubar a mata que abriga a maior biodiversidade do planeta. A Conservação Produtiva é um sistema que pode nos dar essa resposta, porque prevê o manejo da floresta, controlado pelos órgãos ambientais.”

O presidente da Associação dos Produtores de Cacau e presidente do Sindicato Rural local, Guilherme Galvão, parceiro do projeto, afirma que “o melhor deste projeto é que ele está sendo desenvolvido com muito cui-

dado técnico e rigor em seus registros, especialmente nos seus custos e resultados, que deverá servir para subsidiar decisões dos produtores e o estabelecimento de políticas públicas e programas governamentais”.

As páginas centrais desta edição nº 7 do **Jornal do Cacau** são dedicadas ao Projeto Agrossilvicultural Barro Preto e à Conservação Produtiva, que garante desenvolvimento rural com ganhos econômicos e sociais ao produtor e ganhos ambientais, ao assegurar uma prática agrícola de baixo impacto, que ajuda a preservar a Mata Atlântica e proteger os bens públicos globais.

● **Págs. 4 e 5**

Governo da Bahia e Ceplac assinam protocolo para alinhar ações de pesquisa e extensão



O Protocolo tem por objetivo a conjugação de esforços e maior articulação entre os signatários para formulação de estratégias, operacionalização de políticas públicas e execução de ações integradas de assistên-

cia técnica e extensão rural com vistas à dinamização, promoção e desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias em sete territórios na Região Cacaueira da Bahia, com ênfase na agricultura familiar.

Secretário Eduardo Salles (Gov. Estado) e Edmir Ferraz (Ceplac) assinam protocolo

● **Pág. 3**

Crescem adesões ao Programa de Baixa Emissão de Carbono do Ministério da Agricultura



Ministro Mendes Ribeiro: ordem é reduzir emissão de carbono

Desde que foi implantado, o Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) vem recebendo cada vez maior volume de adesões por parte de agricultores brasileiros. Os bancos e as instituições técnicas ligadas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA estão orientados a dar prioridade à preparação de projetos e financiamento aos produtores.

Balanco divulgado recentemente mostra que as adesões ao financiamento cresceram no período entre julho

de 2011 e fevereiro de 2012, ante o plano safra anterior. Os agricultores contrataram R\$ 501,2 milhões no período, totalizando 2.144 contratos firmados, a um valor médio de R\$ 233,7 mil.

O Centro de Extensão da Ceplac/MAPA já encaminhou para as suas unidades instaladas em 49 municípios do sul da Bahia a planilha disponibilizada pelo Banco do Brasil, que é utilizada na elaboração de projetos na linha de crédito do Programa ABC.

● **Pág. 7**

Decreto reconhece atividades agrossilvipastoris integradas para licenciamento ambiental na Bahia

Ceplac terá participação direta no processo

● **Pág. 3**

Conferência Nacional aprova Moção de fortalecimento da Ceplac

Uma Moção de apoio ao fortalecimento da Ceplac foi aprovada por unanimidade pelos 700 delegados que participaram da **1ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)**, realizada em abril, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, em Brasília. O evento teve como objetivo discutir a política nacional de assistência técnica e extensão rural.



Jay Wallace: definição jurídica para a Ceplac

● **Pág. 7**

Ceplac dá suporte a concurso de cacau fino em grandes eventos de Chocolate

● **Pág. 8**



RIO+20
Conferência das
Nações Unidas
sobre
Desenvolvimento
Sustentável

Os desafios pós-Rio + 20

Eduardo Thadeu*

Os impactos socioeconômicos da crise do sistema de produção do cacau na mesorregião Sul-Bahia decorrentes dos efeitos da doença “vassoura-de-bruxa”, queda de preços no mercado internacional e endividamento do setor produtivo, encontram nos novos paradigmas da agricultura sustentável a efetiva oportunidade de serem mitigados e colocar a região em um novo estágio de desenvolvimento.

De fato, todos os indicadores apontam a região como uma potencial referência de sustentabilidade: (i) o tradicional sistema agroflorestal (SAF) do cacau conhecido como “cacau cabruca”, antes um modelo com enormes limitações, mostra-se hoje com grande potencial quando considerado o conjunto de receitas das diferentes culturas exploradas sob a mata sem o comprometimento de sua biodiversidade e meio natural (ii) o manejo agroambiental vem permitindo o convívio com a vassoura-de-bruxa sem a necessidade do uso de defensivos sintéticos (iii) o endividamento do setor produtivo, representando menos de 5% do valor agregado pela cadeia produtiva, é pouco expressivo quanto comparado ao valor gerado em toda a cadeia produtiva (iv) o valor agregado pela emergente industrialização, logística, certificação, oferta de serviços financeiros, capital genético etc.

Esta situação aponta para a oportunidade do desenvolvimento de uma “Plataforma Internacional do Negócio Cacau e Chocolate”, lastreada em:

- (1) tendência de forte crescimento da demanda nacional e internacional de cacau;
- (2) excepcional capital social e ambiental resultado de mais de dois séculos de conhecimento acumulado pelo setor cacau na região;
- (3) constituição de um atraente nó logístico marítimo – ferroviário e aéreo internacional na região;
- (4) expressão mundial do agronegócio brasileiro;
- (5) alto potencial turístico regional, e
- (6) forte potencial de ampliação da sustentabilidade socioambiental.

Todos esses elementos apontam para cenários que indicam a pertinência de reelaborar a visão de futuro e a missão da Ceplac/MAPA na cadeia do cacau, na perspectiva da articulação de um *cluster* mundial do cacau tendo como variáveis-chave os efeitos socioeconômicos e ambientais do sistema Cabruca, o perfil predominante de pequenos e médios produtores instalados há décadas na região, o capital genético sobre cacau constituído pela Ceplac e o reordenamento em curso do setor no Brasil com a emergência da certificação socioambiental dos sistemas produtivos. Isso tudo num contexto de riscos de desabastecimento no mercado internacional.

A intenção é constituir, a partir desta visão de futuro, um mecanismo de governança público-privada de plataforma regional do *cluster* nacional e internacional do cacau. Isto, com efeito, principalmente nas vertentes socioambientais, de agregação de valor ao conhecimento e competências e de atração de agentes de serviços de mercado, seguro e financeiros; além do turismo. Os esforços daqui por diante deverão ser, a priori, destinados à promoção, certificação e contínuo aprimoramento do Sistema Cabruca envolvendo alguns milhares de produtores e trabalhadores, empreendimentos da plataforma de serviços, mercado e financeiros, com vista a atrair para a região boa parte das operações.

(*) Economista MSc., ex-conselheiro do Conama, é consultor de Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade da Ceplac/Sueba.

Ciência, tecnologia e manejo do cacau

A Ceplac estará lançando no próximo dia 15 de julho - quando será assinalada a passagem do Dia Internacional do Cacau - a segunda edição do livro **Ciência, Tecnologia e Manejo do Cacau**, composta da compilação de 22 artigos revistos, atualizados a partir da primeira edição e acrescidos de novos títulos, produzidos por técnicos da Instituição.

É uma obra de fôlego, com 688 páginas, escrita em linguagem acessível sem perder seu cunho técnico-científico, editada pelo pesquisador Raúl René Valle, PhD, chefe do Centro de Pesquisas do Cacau no período 1996-2003 e atual coordenador de pesquisas na área de Fisiologia do Cepec.

“O livro – diz o editor – reúne em uma fonte única os conhecimentos e experiências dos autores, recolhidas dentro dos seus programas de pesquisa, revisões bibliográficas e, principalmente, com a manipulação direta do cacau e seus derivados, todos com forte embasamento teórico e devidamente qualificados nas suas respectivas áreas, dedicando tempo e esforços para produzir os capítulos aqui apresenta-



dos, num trabalho conjunto de pesquisadores, extensionistas, produtores, administradores e trabalhadores rurais, todos interessados em contribuir para o desenvolvimento da cacauicultura brasileira e o sucesso de empreendimentos agrícolas ou industriais relacionados com o cacau.”

Pela importância da obra, listamos a seguir o título dos artigos que compõem o livro: Melhoramento genético do cacau; Ecofisiologia do cultivo do cacau; Aptidão agrícola e fertilidade de solos para a cultura do cacau; Fundamentos do manejo e da

conservação dos solos na região produtora de cacau da Bahia; Principais pragas do cacau e seu controle; Manejo integrado das pragas do cacau da região amazônica; Principais doenças do cacau e seu manejo; Controle biológico das doenças do cacau; Técnicas de produção massal de *Trichoderma stromaticum*; Indução de resistência sistêmica em plantas contra fitopatógenos; Tecnologia de Aplicação de defensivos agrícolas; Manejo integrado da vassoura-de-bruxa do cacau; Renovação de cauciais na Bahia: alternativas de uso de mudas; Perspectivas para multiplicação do cacau; Sistemas agroflorestais com cacau; O cultivo do cacau em sistemas agroflorestais com a seringueira; Cacau cabruca – sistema agrossilvicultural tropical; Serrapilheira no cacau cabruca: bioindicador de qualidade ambiental; Abordagem agroambiental e socioeconômica do cultivo do cacau em várzeas amazônicas; Integração de práticas de manejo no cultivo de cacau; Aproveitamento dos derivados, subprodutos e resíduos do cacau; e Economia do cacau.

Novo coordenador de Administração e Finanças na Ceplac

O economista Antonio Siqueira Assrey tomou posse na Coordenadoria Geral de Administração e Finanças da Ceplac, em Brasília. Junto com a Diretoria do órgão, ele terá, entre outras responsabilidades, a definição jurídica da instituição. Nesse contexto, defendeu o esforço para a construção de uma nova imagem para a Instituição. “Seja qual for o regi-

me, com autonomia ou não, a visibilidade da Ceplac deve ser mudada”. Ele justificou a defesa ressaltando que a sociedade precisa saber o quanto a instituição é importante para o setor agrícola, mas que ainda não tem a devida visibilidade que, conseqüentemente, a tornaria mais forte, e complementou: “espero estar aqui, para auxiliar nessa importante travessia”.



Assrey: nova imagem

Jornal do CACAU

INFORMATIVO DO MAPA/CEPLAC PARA AS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU DA BAHIA

Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: **Mendes Ribeiro Filho**
Diretor Geral da Ceplac: **Jay Wallace Mota**
Coordenadoria Geral de Administração e Finanças: **Antonio Siqueira Assrey**
Coordenador Geral Técnico Científico: **Edmir Celestino Ferraz**
Coordenador de Gestão Estratégica: **Elieser Barros Correia**

Superintendente-BA: **Juvenal Maynard Cunha**
Chefe do Centro de Extensão: **Sérgio Murilo Menezes**
Chefe do Centro de Pesquisas do Cacau: **Adonias de Castro Virgens Filho**

Comunicação e Marketing/Sueba: **Roberta Oliveira**
Editoria geral: **Raimundo Nogueira**
Redação: **R. Nogueira, Domingos Matos e Zenilda Araújo**
Reportagem: **Luiz Fernando de Deus e J. Hamilton**
Fotografia: **Jorge Conceição, Wildes Cabral e Ágido Ferreira**
Tiragem: **8.000 exemplares**

Matérias podem ser reproduzidas desde que citada a fonte
Acesse a todos os números já publicados deste jornal pelo site:
www.ceplac.gov.br

Entre em contato conosco através do E-mail:
jornaldocacau@ceplac.gov.br

Endereço: Ceplac/Cenex – km 22 Rod. Ilhéus-Itabuna

Decreto Estadual reconhece atividades agrossilvipastoris para licenciamento ambiental

O governador Jaques Wagner e o secretário estadual do Meio Ambiente, Eugênio Spengler, assinaram este mês decreto que regulamenta a Lei de Meio Ambiente e Recursos Hídricos no Estado da Bahia.

O decreto reconhece as atividades agrossilvipastoris – agricultura, silvicultura e criação de animais de forma integrada – para fins de licenciamento ambiental.

Com este decreto, a Comissão Técnica de Garantia Ambiental-CTGA da Ceplac, estruturada desde agosto de 2010, fica autorizada a emitir parecer sobre licen-

ciamento ambiental na região cacauceira do sul da Bahia.

Para o coordenador da CTGA da Ceplac na Bahia, Demóstenes Lordello de Carvalho, “este decreto reconhece o sistema agroflorestral cacau cabruca como passível de manejo, necessitando de licenciamento ambiental”. O licenciamento ambiental para o sistema cacau cabruca será definido em ato do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Inema, órgão ambiental licenciador do Governo do Estado.



Cacau sob mata

Governo da Bahia e Ceplac se articulam para promover desenvolvimento rural sustentável

Secretarias de Estado do Governo da Bahia, suas Empresas vinculadas e a Ceplac (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacauceira) assinaram este mês Protocolo de Intenções que será publicado no Diário Oficial do Estado com o objetivo de conjugar esforços e promover maior articulação para a formulação de estratégias, operacionalização de políticas públicas e execução de ações integradas de assistência técnica e extensão rural com vistas à dinamização, promoção e do desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias na Região Cacauceira da Bahia, com ênfase na agricultura familiar.

Na solenidade, a Seagri foi representada pelo titular da pasta, secretário Eduardo Seixas de Salles, e a Ceplac pelo seu diretor científico, Edmir Celestino Ferraz, e dos chefes do Centro de Extensão Sérgio Murilo Menezes e do Centro de Pesquisas do Cacau, Adonias de Castro Virgens Filho. Também assinaram o Protocolo o titular da Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional-Sedir, Wilson Alves de Brito Filho; a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A.-EBDA, representada pelo seu Diretor Presidente Elionaldo de Faro Teles; a Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia-ADAB, representada pelo seu Diretor Geral Paulo Emílio Landolfo Medrado de Vinhaes Torres; a Bahia Pesca S/A, no ato representada pelo seu Diretor Presidente Isaac Albagli de Almeida; e a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional-CAR, representada pelo seu Diretor Executivo, José Vivaldo Souza de Mendonça Filho.

As Secretarias de Estado e suas Empresas juntamente com a Ceplac, comprometeram-se a envidar esforços, dentro das suas atribuições institucionais, para realizar ações e atividades conjuntas a fim de que os efeitos tenham impacto sócio-econômico regional.

São alvo das ações relacionadas no protocolo os municípios que integram os Territórios do Litoral Sul, Baixo Sul, Médio Rio de Contas, Vale do Jequiçá, Extremo Sul, Costa do Descobrimento e Médio Su-



Representantes de instituições do Governo do Estado da Bahia e da Ceplac assinam protocolo para desenvolver agricultura familiar em sete territórios.

doeste da Bahia.

As cadeias produtivas contempladas são a Fruticultura, com ênfase na Cacaucultura; a Aqüicultura e Piscicultura; a Apicultura, a Bovinocultura de Leite e de Corte; a Heveicultura; a Mandiocultura; e as Oleaginosas, com ênfase na Dendeicultura, consideradas as mais economicamente relevantes.

Caberá à Seagri promover a produção e distribuição de insumos produtivos, tais como sementes, mudas e fertilizantes; viabilizar assistência técnica e extensão rural complementar à da Ceplac e da EBDA por meio da contratação de serviços de Organizações Não Governamentais, assim como potencializar os serviços prestados pela Ceplac; apoiar a implantação e o funcionamento adequado das agroindústrias geridas por organizações cooperativas e associativas de agricultores familiares; estimular a comercialização dos produtos da agricultura familiar para os mercados institucionais e convencionais, assim como as atividades rurais não agrícolas tais como o turismo e o artesanato; organizar, integrar e fortalecer as cadeias produtivas e promover, apoiar e divulgar eventos relacionados às cadeias produtivas.

A EBDA ficará encarregada de prestar assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares, especialmente os assentados da reforma agrária e os beneficiários dos programas de Crédito Fundiários; inseminar matrizes bovinas de



O cacau será incentivado na agricultura familiar dos territórios

apidão leiteira; capacitar agricultores no aperfeiçoamento das suas atividades produtivas geradoras de renda; viabilizar políticas públicas através de programas na região, tais como o crédito rural do PRONAF, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A ADAB irá viabilizar barreiras zootossanitárias na área de abrangência da Ferrovia de Integração Oeste/Leste- FIOEL; desenvolver ações específicas para combater pragas e doenças existentes, visando ao seu controle e ou erradicação; contribuir para o aprimoramento dos métodos fito e zoossanitários, alinhados com a pesquisa agropecuária; inspecionar e outorgar selo de qualidade para os empreendimentos agroindustriais que beneficiem produtos de origem animal e promover campanhas educativas em torno do controle de pragas e doenças, do uso adequado de agrotóxicos e do consumo de produtos inspecionados.

A Bahiapisca vai promover assistência técnica aos aquicultores e pescadores artesanais; produzir e distribuir alevinos a partir das estações de Arataca e Itamaraju; distribuir equipamentos, utensílios e insumos para pescadores e marisqueiras e desenvolver projetos específicos de apoio à produção pesqueira em áreas continentais.

Na área de competência da Sedir ficarão as atribuições de viabilizar assistência técnica e extensão rural complementar à da Ceplac e da EBDA, no âmbito do programa “Cacau para Sempre”; promover a distribuição de máquinas, equipamentos e insumos produtivos de qualificação da produção em campo; apoiar a implantação e o funcionamento adequado das agroindústrias geridas por organizações cooperativas e associativas de agricultores familiares e estimular a organização sócio-produtiva dos agricultores familiares.

À Ceplac competirá as ações para prestar assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares; qualificar os técnicos da EBDA, das Organizações Não Governamentais e do seu próprio quadro para prestação de serviços de ATER de acordo com a realidade das cadeias mais dinâmicas e ajustadas às realidades atuais das cadeias produtivas, focados na agroecologia; realizar pesquisas agropecuárias em resposta às demandas dos órgãos de ATER, dos agricultores familiares e de suas organizações; estimular e coordenar a elaboração e ou revisão de planos de desenvolvimento de cadeias produtivas, assim como a gestão qualificada e o monitoramento deles; e desenvolver estudos macro e microeconômicos das atividades produtivas regionais como suporte técnico aos projetos e à captação de recursos das instituições que atuam a nível local.

Para garantir a efetividade do Protocolo serão elaborados Planos de Trabalhos Anuais contendo os compromissos de cada um por Ação e por Cadeia Produtiva e terá vigência a partir da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado.

Projeto Barro Preto de Con

A construção de um caminho novo para a cacauicultura em b

A primeira experiência de um conceito novo – a Conservação Produtiva, que sistematiza o cultivo do cacau sob a Mata Atlântica levando em conta os aspectos econômicos, sociais e, sobretudo ambientais – está sendo desenvolvida no Município de Barro Preto, centro da região cacauífera, no sul da Bahia.

É um projeto inédito, denominado Projeto Agrossilvicultural Barro Preto, que começa a partir da constatação do “índice de preservação do bioma mata atlântica” divulgado pela Fundação SOS Mata Atlântica e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) ao apontar Barro Preto como o segundo maior município brasileiro em preservação da Mata Atlântica e o primeiro colocado na Bahia, com 90% da área preservada. Mas, que, apesar destes índices positivos, o município vê hoje este patrimônio natural ameaçado pela crise da cacauicultura, com a diminuição quantitativa e qualitativa dos remanescentes da Mata Atlântica e da área cultivada com cacau. Esta área aos poucos vai sendo desmatada e substituída por pastagens, além da conseqüente exploração irracional e ilegal das árvores que compõem o sombreamento do cacauífera e a vegetação natural em áreas circunvizinhas.

A preservação desse rico universo florestal até os dias atuais deve-se ao sistema de cultivo denominado cacau “cabruca”, termo empregado para caracterizar a forma como os pioneiros implantaram a lavoura de cacau no sub-bosque da mata primária no sul da Bahia. Este tipo de exploração é precursor dos sistemas agroflorestais e provoca baixo impacto ambiental, possibilita a coexistência quanto a uso, preservação e produção no mesmo espaço e estabelece a Conservação Produtiva.

A exploração desordenada e ilegal dos recursos florestais permitiu a geração de recursos financeiros eventuais para os proprietários nos últimos anos, mas não ajudou a encontrar saídas para a crise, além de acelerar o processo de descaracterização do agroecossistema cacauífera, colocando em risco o patrimônio que o sistema cacau cabruca conservou por mais de dois séculos e meio.

Com base nesta realidade inquietante

da cacauicultura, quatro instituições com atuação em Barro Preto se propuseram a delinear um projeto e colocá-lo na prática com alternativas para enfrentar os problemas provocados basicamente pela desestruturação de natureza socioeconômica da produção de cacau no município.

Em 31 de dezembro de 2010 foi assinado o Protocolo de Intenções nº 31/2010 - entre a União Federal, através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, no ato representado pela Ceplac, a Prefeitura do Município de Barro Preto, a MARS Center for Cocoa Science e o Sindicato Rural de Barro Preto - publicado no DOU-Seção 3 nº 25, de 04/02/2011, visando “desenvolver a agricultura do Município de Barro Preto de forma sustentável através de instalações de áreas demonstrativas na propriedade do participante e que possibilitem resultados econômicos, sociais e ambientais, com vigência de 05(cinco) anos, contados da data de sua assinatura”.

A partir de fevereiro de 2010 foram organizadas as etapas de execução, com a missão de promover o desenvolvimento sustentável das regiões produtoras de cacau e a visão geral de um projeto que pretende se tornar referência na conservação produtiva e também na adequação ambiental dos imóveis rurais da região cacauífera da Bahia.

Para tanto, foram definidos os objetivos gerais e específicos de curto, médio e longo prazos e divididas as competências entre os parceiros. Ficou estabelecido como objetivo geral a promoção em bases sustentáveis da conservação produtiva dos imóveis dedicados à exploração da cacauicultura, com a viabilização de 40 imóveis rurais até o ano de 2015.

Os objetivos específicos de curto prazo visam aprimorar e melhorar a infraestrutura de acesso e escoamento da produção agrícola na zona rural do município; garantir a conservação de bens públicos globais, serviços ecossistêmicos e ativos ambientais nas áreas do projeto; proporcionar adequação ambiental (Reserva Legal e Área de Preservação Permanente) dos imóveis rurais com base na legislação – certificação, conservação produtiva e plano anual de operações nas unidades demonstrativas escolhidas; e melhorar o



Trabalho de georreferenciamento de árvores de sombra

Nesta etapa são identificadas a espécie, as coordenadas da planta, a circunferência, a altura comercial, a altura total e a altura do engalhamento. São definidos também a permanência, o tipo de poda ou a supressão da árvore, bem como avaliado seu potencial como matriz para multiplicação.

nível gerencial e a capacidade de adoção de tecnologias nos imóveis rurais selecionados.

A médio prazo os objetivos são: elevar a produtividade e a rentabilidade de áreas com cacau cabruca sob a égide da conservação produtiva; incentivar a diversificação da unidade produtiva agrícola acatando o zoneamento agroecológico – uso múltiplo do imóvel rural; gerar procedimentos e ferramentas para aplicação de saberes e tecnologias na lavoura do cacau; proporcionar treinamento e disseminação da cultura da certificação de produtos provenientes da agrossilvicultura cacauífera; e aperfeiçoar, fortalecer e expandir parcerias entre instituições públicas, privadas e a sociedade civil organizada.

Ao longo prazo o projeto objetiva favorecer a conservação de fragmentos da mata atlântica inseridos na cultura e no entorno do agroecossistema cacauífera; contribuir para a conservação e a proteção da fauna em riqueza e abundância; conservar os cursos d'água que nascem

ou cortam os imóveis rurais; melhorar a qualidade de vida da população rural envolvida; e possibilitar a permanência dos produtores com história, cultura e tradição na exploração da cacauicultura.

A fim de alcançar os objetivos previstos no protocolo de intenções firmado em fevereiro de 2011 entre as quatro instituições parceiras foi realizado encontro para definir os fundamentos do projeto, tais como responsabilidades e competências, produtores contemplados, cultivos e sistemas de produção escolhidos, custo de produção, início do projeto, recursos disponíveis para o 1º ano, infraestrutura necessária para execução, profissionais envolvidos no processo de assistência técnica e extensão rural, treinamento para a equipe executora e indicadores de resultados para medir realização dos objetivos.

A empresa MARS está responsável por disponibilizar recursos financeiros para a manutenção (mão-de-obra) do 1º ano das ações técnicas a serem executadas nas fazendas, sendo reembolsada com 50% no 4º



Reunião dos parceiros

Representantes das instituições parceiras fazem reuniões regulares para analisar resultados e decidir o rumo do Projeto Barro Preto.



Abertura de covas

Utilizadas para recomposição de stand de cacauífera e plantio de mudas para sombreamento temporário e definitivo.



Georreferenciamento de mudas

Definição das coordenadas de mudas utilizadas para plantio de sombreamento definitivo.

Conservação Produtiva

Busca do desenvolvimento rural sustentável

ano; oferecer equipe para realizar os trabalhos de recuperação das áreas – clonagem, adequação de sombra e plantio de mudas do 1º ao 4º ano; fornecer insumos requisitados para os dois primeiros anos e 50% durante o 3º ano; prover material genético para a clonagem dos cacauzeiros na forma de hastas e mudas de alta produtividade e resistentes à vassoura-de-bruxa; viabilizar a regularização ambiental do imóvel rural, a averbação da reserva legal e a área de preservação permanente; e quitar os custos com a Imafloca para a certificação do produto – diagnóstico, preparo e auditoria do processo.

A Prefeitura Municipal de Barro Preto tem a incumbência de recuperar e conservar a malha viária de acesso às unidades produtivas; criar e executar campanhas de ação social visando ao engajamento da comunidade no andamento do projeto; articular movimento para a melhoria na educação municipal, com foco especial nas escolas rurais e alfabetização de adultos; e definir uma política pública municipal voltada para o avanço da qualidade de vida e bem-estar dos trabalhadores vinculados aos imóveis rurais selecionados.

Na função de representar os produtores, o Sindicato Rural de Barro Preto faz a adequação da relação de trabalho vigente à realidade do projeto; promove ações de educação e socialização do saber através de treinamentos patrocinados pelo Senar; acompanha e gerencia o processo de certificação nas propriedades; e planeja e coordena de forma participativa as ações para conscientização e fiscalização do patrimônio ambiental do município.

Os produtores rurais, alvo das ações do projeto, se comprometem a utilizar adequadamente o pacote tecnológico recomendado pela Ceplac; colocar os operários à disposição para qualificação no caso da aplicação das tecnologias preconizadas; permitir o uso da propriedade para receber produtores em ações metodológicas – excursões, demonstração de resultados e reuniões; e fornecer insumos e mão-de-obra para a manutenção da lavoura e a colheita da produção. O produtor também se propõe a receber capacitação em gestão da fazenda, conservação

produtiva e certificação da produção de cacau.

A Ceplac, por sua vez, fica encarregada de elaborar, aplicar, orientar e monitorar a recuperação das áreas escolhidas e a ela estão afetas as responsabilidades de prestar assistência técnica e extensão rural através dos profissionais do Centro de Extensão-Cenex vinculados ao Núcleo de Extensão de Itabuna; elaborar projetos para viabilização das tecnologias que encadeiam a conservação produtiva dos imóveis rurais; fornecer através do Centro de Pesquisas do Cacau conhecimentos técnicos em conservação produtiva; oferecer assessoramento na área de adequação ambiental da propriedade por meio da Comissão Técnica de Garantia Ambiental – CTGA; preparar análise de solo, água, entre outras; e distribuir sementes para a formação de mudas de essências florestais nativas da Mata Atlântica.

Para assegurar o desenvolvimento rural sustentável, o projeto pretende retomar o crescimento da produção, incentivar a preservação ambiental, buscar a ampliação dos ativos ambientais e a manutenção dos serviços ecossistêmicos utilizando a estratégia da conservação produtiva, que potencializa os ganhos sociais, econômicos e ambientais ao utilizar as tecnologias agrossilviculturais baseadas nas premissas do baixo impacto.

O trabalho encontra-se em andamento em 12 propriedades e objetiva instalar, até o ano de 2015, 40 áreas demonstrativas com tamanhos variando entre um e cinco hectares. Começa com o diagnóstico das propriedades, visando definir quais as áreas destinadas à produção, conservação e preservação, e faz-se o inventário e o georreferenciamento das espécies existentes no sombreamento. Em termos de produtividade, efetuam-se os tratamentos culturais como roçagem, poda, desbrota, remoção de vassouras, enxertia, beneficiamento, aplicação de insumos e adequação do sombreamento, visando sair das atuais 13 arrobas para atingir a produtividade média de 60 arrobas por hectare.

No caso da adequação do sombreamento, a intervenção somente será feita em três situações básicas: a) áreas muito

sombreadas; b) áreas desprotegidas ou com sombreamento mal distribuído; e c) áreas em que os espécimes do sombreamento são indicados para serem substituídos. Quando houver necessidade de supressão e de substituição dos indivíduos arbóreos, as propostas deverão ser apresentadas ao Inema, órgão ambiental competente para a apreciação, em um documento técnico denominado ASV – Autorização de Supressão Vegetal, feito com ajuda da Comissão Técnica de Garantia Ambiental (CTGA) da Ceplac.

Dentre os vários resultados da ação deste trabalho despontam a adequação das propriedades no que diz respeito à reserva legal e APPs, a preservação de nascentes e cursos d'água, o plantio de espécies arbóreas raras em risco de extinção e a adesão das propriedades ao programa Campo Limpo, do governo do Estado da Bahia, com o recolhimento de embalagens vazias de agrotóxicos utilizados nas áreas de produção, certificação de produtos da fazenda e elevação da auto-estima e da confiança do produtor na cacauicultura como um negócio bom e viável.

O projeto Barro Preto estabeleceu indicadores de resultados. À medida em que se desenvolve vão se registrando ganhos econômicos com a elevação da renda obtida tanto pela maior produtividade do cacau como também pela diversificação de cultivo e o uso múltiplo da propriedade. Os ganhos sociais esperados são a geração de emprego, a melhoria das condições de vida do trabalhador e a elevação do nível de alfabetização do homem do campo. Na área ambiental serão contabilizados os planos de manejo elaborados, as matrizes arbóreas identificadas, a área de reserva legal averbada e as propriedades certificadas.

Após a fase de execução deste plano piloto, a Ceplac pretende levar aos demais agricultores, através do seu Centro de Extensão Rural, a tecnologia e o conhecimento necessários para a implantação de um novo e revolucionário modelo, centrado na Conservação Produtiva, como alternativa viável para a superação da crise que há mais de duas décadas vem se colocando como obstáculo ao pleno desenvolvimento da região cacauzeira baiana.



Atendimento médico
Trabalhadores das áreas contempladas pelo projeto Barro Preto têm assistência médica feita pela MARS, com o apoio da Prefeitura Municipal



Transporte escolar
Os alunos são transportados para a Escola Virginia Mars em ônibus oferecidos pela prefeitura.



Exploração do turismo
Técnicos da Ceplac fazem estudos para traçar roteiro turístico nas propriedades trabalhadas pelo projeto Barro Preto.



Merenda escolar
Os alunos recebem merenda através da parceria MARS e prefeitura municipal.



Saúde da família
As famílias dos produtores da região recebem atendimento em saúde através da parceria entre a MARS e a Prefeitura Municipal de Barro Preto.



Projeto Campo Limpo, do Governo do Estado da Bahia
Recolhimento de embalagens vazias de agrotóxicos que foram utilizados nas propriedades rurais trabalhadas pelo projeto.



Estrada vicinal melhorada
Aspecto de estrada vicinal feita pela Prefeitura Municipal com a construção de obra de arte localizada na área de ação do projeto Barro Preto.



Área de lazer da escola da MARS
Os alunos da escola são filhos de produtores da região beneficiados pela parceria entre a MARS e a Prefeitura Municipal de Barro Preto.

Conservação Produtiva



“No Sul da Bahia, na tradicional região produtora de cacau “cabruca”, numa área de apenas um hectare de floresta atlântica foram identificadas 270 espécies de mamíferos, (90 endêmicos), 372 anfíbios (260 endêmicos), 197 de répteis (60 endêmicos), 849 de aves (188 endêmicas), 2.120 de borboletas (948 endêmicas) e, um recorde mundial, 458 espécies de lenhosas... tamanha biodiversidade não tem paralelo em nenhuma outra parte do mundo”.



A Conservação Produtiva é a resultante da atividade agro-ambiental planejada no contexto do agroecossistema cacauzeiro, de um modo de produção agrícola de baixo impacto ecológico – tendo como base o sistema cabruca de produção de cacau – que possibilita a sustentação dos recursos naturais renováveis de forma produtiva, sem alterações substanciais na paisagem local e nas suas características básicas, sendo garantidos: o uso, a conservação e a produção de maneira sustentável, onde os três pressupostos básicos do desenvolvimento sustentável – o econômico, o social e o ambiental – estão presentes e assegurados.

A propriedade rural é considerada a unidade mínima de planejamento e ação, contextualizada no seu espaço geográfico e territorial (de identidade) e respeitadas as experiências e especificidades locais de conservação e uso do solo. As ações planejadas de conservação produtiva na propriedade rural devem ser iniciadas com levantamentos, georeferências e caracterizações dos recursos naturais, seguidas dos espaços produtivos que no seu conjunto devem proporcionar a viabilidade e sustentação econômica da unidade produtiva. As ações de inclusão social produtiva e conforto ambiental do homem completam o tripé que promove o desenvolvimento sustentável do agroecossistema.

No agroecossistema cacauzeiro da Bahia, a Mata Atlântica apresenta os seus mais significativos remanescentes, seja pela extensão das áreas e tipologias vegetais, seja pela riqueza de espécies e características peculiares dos indivíduos que a compõem. Essa região apresenta importantes fragmentos florestais, mantidos graças à natureza conservacionista da cacauicultura, que foi capaz de absorver técnicas conservacionistas consolidadas ao longo dos anos.

Ao contrário dos modelos agrícolas convencionais de uso intensivo dos recursos na-

turais, o cacau cabruca permitiu a conservação em seu entorno, bem como a sobrevivência de árvores da floresta primária, com a função de proporcionar conforto ambiental ao cacauzeiro. Isto propiciou a formação de corredores ecológicos, além de manter a qualidade dos solos em níveis próximos ao de uma floresta natural e a conservação dos recursos hídricos, quando cultivado na faixa ciliar.

Essa forma de conservação aprendida com o cacau cabruca estabelece o novo paradigma regional – o paradigma da conservação produtiva – em que, sem precisar alterar profundamente a paisagem e muito menos decretar a intocabilidade da área, consegue-se produzir, estimular a permanência digna do homem na zona rural, conservar a diversidade arbórea regional e estabelecer conectividade gênica entre os remanescentes florestais.

O sistema cacau cabruca da Região Cacaueira da Bahia tem a capacidade de proporcionar a conservação e produção coexistindo num mesmo espaço, numa relação sustentável com os recursos naturais associados, apontando um novo rumo para a agricultura tropical.

A Conservação Produtiva desenvolvida pela Ceplac consiste em um conjunto de marcos conceituais, diretrizes, estratégia, objetivos e metas até 2022, que visam orientar e implementar ações de Governo em três eixos básicos de atuação: o Ambiental, que ampara as ações de preservação, conservação e resgate de recursos naturais; o Social, com foco em ações voltadas para a inclusão social e produtiva da população rural, bem como o fortalecimento cultural regional; e o Econômico, que agrupa ações voltadas para a ampliação da produção regional e nacional, aumento da produtividade por área e a viabilidade econômica com o incremento da rentabilidade do estabelecimento rural.

Procedimentos para o planejamento e a adequação ambiental da propriedade rural

João Dantas das Virgens*

O Art. 2º do Capítulo I do regimento interno da CTGA - CEPLAC diz que compete a Comissão Técnica de Garantia Ambiental - CTGA em consonância com o antigo Instituto de Meio Ambiente da Bahia - IMA, hoje Instituto Estadual de Meio Ambiente-Inema, orientar através do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, a regularização ambiental dos imóveis rurais de sua área de atuação.

No item “X” do mesmo artigo, diz ainda: propor programas, projetos e incentivar ações de caráter educativo, visando conscientizar e informar técnicas aos agricultores sobre a relevância da conservação ambiental para o desenvolvimento sustentável.

E vai além nos itens XII, XIII, XXIV e XXVI que diz ser competência da CTGA, coordenar a elaboração dos estudos ambientais necessários para o licenciamento ambiental, dos empreendimentos e/ou atividades sob a responsabilidade da Ceplac-Sueba, buscando alternativas para eliminar, mitigar ou compensar os impactos ambientais; realizar a auto-avaliação e sugerir condicionantes para o licenciamento ambiental (ALA), de acordo com o termo de referência aprovado pelo Inema, nas fases de renovação da Licença de Operação ou de alteração; responsabilizar-se pela documentação encaminhada ao Inema; e elaborar parecer técnico-ambiental para subsidiar o Inema na emissão das autorizações de supressão de vegetação ou limpeza de área de até 40ha (quarenta hectares), na área de atuação da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – Ceplac, na Bahia, excetuando-se as áreas legalmente protegidas, devendo atender aos requisitos estabelecidos no §1º do Art.150 do dec.11.235 de 10 de outubro de 2008.

Requisitos estabelecidos no §1º do Art.150 do dec.11.235 de 10 de outubro de 2008.

I - ser conclusiva quanto à solicitação feita pelo proponente;

II - apresentar documentação de acordo com o Anexo V deste Regulamento;

III - estar fundamentado em inspeção in loco;

IV - ser aprovado pela CTGA;

V - informar sobre o destino do material lenhoso resultante da supressão de vegetação, priorizando a sua utilização no próprio empreendimento.

Assim sendo, conceitualmente pode-se compreender que o planejamento de uma propriedade rural sob o conceito de uso sustentável, significa a identificação e mapeamento das áreas destinadas para produção, conservação e preservação, condições necessárias para composição de peças que compõem um projeto na visão de uso múltiplo da propriedade rural.

Portanto, a adequação da propriedade rural passa pela CTGA que serve de elo entre o proprietário e o órgão ambiental estadual - Inema, que tem por competência emitir licenças ou autorizações ambientais pertinentes à aprovação de projetos para adequação da propriedade rural.

Tendo-se esse contexto como balizador dos pressupostos para a adequação ambiental da propriedade rural, entendemos que os passos na busca da elaboração de projetos para adequação ambiental de uma propriedade rural consistem em:

- a)** Recorrer a um Escritório Local da CEPLAC para buscar os devidos esclarecimentos junto às câmaras técnicas permanentes (CTP), criadas em cada Núcleo Regional com essa finalidade.
- b)** Elaborar o projeto de adequação ambiental e encaminhar para análise prévia e avaliação pela CTGA.
- c)** Após análise prévia e avaliação, se aprovado, a CTGA o encaminhará para o Inema, órgão Estadual responsável pela emissão das licenças ou autorizações ambientais pertinentes para regularização ambiental da propriedade.
- d)** Regularizada a parte ambiental, a documentação é juntada ao planejamento que caracteriza a área destinada a produção, formalizando o projeto para acesso ao crédito junto aos agentes financeiros.

(*) Engenheiro Agrônomo, Especialista em Desenvolvimento e Gestão Ambiental, Membro efetivo da CTGA, atualmente exercendo a função de Fiscal Federal Agropecuário do MAPA/Ceplac.

Produtores podem contratar crédito do ABC nos bancos

Produtores rurais e cooperativas que desejarem contratar financiamento para a implementação do Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) devem procurar a sua agência bancária para obter informações quanto à utilização do crédito. No banco, o produtor será informado também quanto à documentação necessária e as garantias para o encaminhamento da proposta. O Programa ABC prevê a adoção de técnicas agrícolas sustentáveis. A ideia é que a produção agrícola e florestal garanta mais renda ao produtor, mais alimentos para a população e aumente a proteção ao meio ambiente.

Desde que o governo brasileiro assumiu o compromisso de reduzir a emissão de CO₂ até 2020, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) executa ações e divulga técnicas, junto aos agricultores, de promoção de arranjos produtivos sustentáveis. Para alavancar essas práticas, o governo mantém uma linha de crédito com disponibilidade de recursos de R\$ 3,15 bilhões. No caso dos agricultores e das cooperativas, o limite individual de contratação de financiamento é de até R\$ 1 milhão, com taxas de juros de 5,5% ao ano e prazo para pagamento de 5 a 15 anos.

Balanco divulgado recentemente mostra que as adesões ao financiamento cresceram no período entre julho de 2011 e fevereiro de 2012, ante o plano safra anterior. Os agricultores contrataram R\$ 501,2 milhões no período, por meio dessa linha de crédito, totalizando 2.144 contratos firmados, a um valor médio de R\$ 233,7 mil. No Sul do país, o Paraná é o estado que lidera as contrata-

ções, foram 437 e desembolso de R\$ 75,509 milhões. Na sequência, estão Rio Grande do Sul (R\$ 69,759,9 milhões) e Santa Catarina (R\$ 17,470 milhões).

Mais recursos foram e serão alocados para atendimento de outros eixos do Plano ABC, tais como: divulgação; capacitação de técnicos e produtores rurais; crédito rural; regularização ambiental; regularização fundiária; assistência técnica e extensão rural; realização de estudos; pesquisa, desenvolvimento & inovação; transferência de tecnologia; disponibilização de insumos; e produção de sementes e mudas.

O Centro de Extensão da Ceplac, na Bahia, já encaminhou às suas unidades locais a planilha disponibilizada pelo Banco do Brasil, que é utilizada na elaboração de projetos na linha de crédito do Programa ABC.

O programa contempla a implantação, manutenção e manejo de florestas comerciais, o sistema integrado lavoura-pecuária, a lavoura-floresta, a lavoura-pecuária-floresta, a recuperação de pastagens, a aquisição de bovinos, ovinos e caprinos, a aquisição de máquinas e implementos agrícolas entre outros. A linha de financiamento do ABC também se aplica à cultura do cacau, dendê e seringueira, com prazo de até 12 anos, nele incluído até 6 anos de carência.

O Programa permite que o projeto de investimento seja associado ao custeio e nesse caso, com o valor do custeio limitado a até 40% do projeto. Os custos para a elaboração do projeto técnico, do georreferenciamento das propriedades rurais e do processo de regularização ambiental também poderão ser financiados.



Programa ABC – Agricultura de Baixo Carbono

O Programa Agricultura de Baixo Carbono, criado em 2010 pelo governo federal, dá incentivos e recursos para os produtores rurais adotarem técnicas agrícolas sustentáveis. Tudo para reduzir a emissão dos gases de efeito estufa – gás carbônico (CO₂), gás metano (CH₄) e óxido nitroso.

A ideia é de que a produção agrícola e pecuária garanta mais renda ao produtor, mais alimentos para a população e aumente a proteção ao meio ambiente.

Dinheiro para uma agricultura mais verde

O programa ABC prevê, para a safra 2011/2012, R\$ 3,150 bilhões para incentivar processos tecnológicos que neutralizem ou minimizem os efeitos dos gases de efeito estufa no campo.

O governo quer difundir uma nova agricultura sustentável, a ser adotada pelos agricultores, para reduzir os impactos do aquecimento global.

Os recursos para investimentos estão contemplados no Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012.

Produtores rurais e cooperativas poderão contar com limite de financiamento de R\$ 1 milhão e taxas de juros de 5,5% ao ano. O prazo para pagamento é de 5 a 15 anos.

Para obter financiamento

1º - Procure a sua agência bancária para obter informações quanto à aptidão ao crédito, documentação necessária para o encaminhamento da proposta e garantias.

2º - Consulte um profissional habilitado para elaboração de projeto técnico. A proposta deve ter, obrigatoriamente, a identificação do imóvel e da área total. Também precisa constar no projeto o croqui descritivo e histórico de utilização da área a ser beneficiada.

O produtor precisa apresentar comprovantes de análise de solo e da respectiva recomendação agrônômica. Outro item importante é o ponto georreferenciado por GPS ou outro instrumento de aferição na parte central da propriedade rural. Por último, não deixe de incluir no projeto o plano de manejo agropecuário, agroflorestal ou florestal, conforme o caso, da área.

3º - Apresente a proposta de financiamento, com os documentos informados pela agência bancária e o projeto técnico. O produtor precisa comprovar a disponibilidade de renda para quitar as parcelas do financiamento ao projeto que contemple recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal.

4º - Ao final de cada quatro anos, contados da data de liberação da primeira parcela até a liquidação do financiamento, é preciso apresentar relatório técnico com informações sobre a implementação do projeto e a caracterização da área.

O projeto precisa ser assinado por profissional habilitado, de instituição pública ou privada, conforme modelo definido pelo Ministério da Agricultura.

Ações

Para difundir uma nova agricultura sustentável, que reduza o aquecimento global e a liberação de gás carbônico na atmosfera, o Programa ABC incentiva seis iniciativas. Essas ações têm metas e resultados até 2020:

Plantio direto na palha; Recuperação de áreas degradadas; Integração lavoura-pecuária-floresta; Plantio de florestas comerciais; Fixação biológica de nitrogênio; e Tratamento de resíduos animais.

Conferência Nacional aprova Moção de fortalecimento da Ceplac

Uma Moção de apoio ao fortalecimento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) foi aprovada por unanimidade pelos 700 delegados que participaram da 1ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), realizada em abril, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, em Brasília.

Durante o evento, que teve como objetivo de discutir a política nacional de assistência técnica e extensão rural, a Ceplac foi representada pelo coordenador-geral de Gestão Estratégica, Elieser Correia, e os técnicos José Mendes (Superintendência da Bahia), Valdenor Cardoso (Superintendência da Amazônia) e João da Cruz (Superintendência de Rondônia).

A seguir, a íntegra da Moção que reivindica ao governo federal o fortalecimento institucional da

Ceplac, através da sua reestruturação técnica e científica.

MOÇÃO DE APOIO

Os conferencistas, delegados da 1ª Conferência Nacional de ATER, abaixo subscritos, reunidos em Brasília, considerando o prolongado processo de fragilização institucional pela qual está passando a CEPLAC, e considerando ainda:

1 – A necessidade de fortalecer o Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural, pública, estatal e não estatal;

2 – Que à CEPLAC, órgão do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, compete “promover o desenvolvimento rural sustentável das regiões produtoras de cacau do Brasil, por meio de pesquisa e desenvolvimento, transferência de

tecnologia, formação e educação agropecuária, certificação, e organização da produção”; nos termos do Artigo 33, do DECRETO PRESIDENCIAL Nº 7.127, de 04 de março de 2010;

3 – Que a instituição desenvolve a atividade de transferência de tecnologia através dos serviços de ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, em gestão integrada com os serviços de Pesquisa e Desenvolvimento e, com os serviços de Fomento agrícola;

4 – Que os serviços de ATER da CEPLAC atendem diretamente a cerca de setenta mil cidadãos e cidadãs, envolvendo Comunidades de Povos Indígenas, Quilombolas, Populações Tradicionais de Ribeirinhos Extrativistas, Agricultores familiares, Assentados da Reforma Agrária e Produtores em geral; nos biomas da Mata Atlân-

tica e da Floresta Amazônica;

5 – Que os Agrossistemas recomendados e desenvolvidos pela CEPLAC atendem aos preceitos da Produção Rural Sustentável, da Agroecologia, e da Conservação Produtiva, através do Manejo Sustentável dos Cacauais Silvestres das várzeas dos rios de água barrenta na Amazônia, através da Implantação de Sistemas Agroflorestais nos dois biomas, e, através do Manejo Sustentável do Sistema Cabruca (cultivo em sub-bosques) no bioma da mata atlântica. Contribuindo efetivamente para diminuir o DESMATAMENTO na Amazônia e na Mata Atlântica, incorporando áreas degradadas ao processo produtivo sustentável;

7 – Que a atividade de produção rural em Sistemas Agroflorestais contribui significativamente para a geração de ocupação e ren-

da no curto, no médio e no longo prazo, para o público assistido acima referido. Como também contribuem positivamente para o aumento da oferta de alimentos no meio rural e urbano, atendendo à política de garantia alimentar e nutricional às populações rurais.

Decidem apresentar à sociedade brasileira a presente MOÇÃO DE APOIO À CEPLAC, reivindicando ao governo federal o seu fortalecimento institucional, através da sua Reestruturação Técnica e Científica, com a recomposição do seu quadro funcional; com o fortalecimento orçamentário e financeiro; com o fortalecimento da sua estrutura de logística; e com a readaptação da sua natureza jurídica institucional às características funcionais e operacionais de competência.

Ministério da Agricultura lançou Plano de Contingência da Monilíase do Cacaueiro

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) instituiu em maio/2012 o Plano de Contingência de *Moniliophthora roreri*, praga conhecida como Monilíase do Cacaueiro. A Instrução Normativa nº 13, publicada no Diário Oficial da União, estabelece os procedimentos operacionais para aplicação de medidas preventivas e emergenciais para erradicação de focos e contenção da praga.

A praga *Moniliophthora roreri*, agente causal da monilíase, é uma enfermidade devastadora, que ataca os frutos do cacaueiro e de outras espécies do gênero *Theobroma*. Embora ainda não tenha sido constatada em território brasileiro, e por isso é considerada quarentenária ausente, esta praga encontra-se presente em 11 países da América Tropical, sendo que vários desses são fronteiriços com o Brasil.

A partir de agora, o Mapa contará com um Grupo Nacional de Emergência Fitossanitária, composto por profissionais do Departamento de Sanidade Vegetal, pela diretoria da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), representantes das Superintendências Federais de Agricultura nos estados que cultivam cacau e órgãos de defesa sanitária vegetal

e setor produtivo.

O cacau é cultivado no Amazonas, Acre, Bahia, Pará, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Amapá e Espírito Santo. As ações fitossanitárias para prevenir a praga irão considerar os riscos de introdução de *Moniliophthora roreri* a partir da proximidade das fronteiras com os países de ocorrência, as Unidades da Federação com



A Monília ataca o fruto do cacaueiro em qualquer estágio do seu desenvolvimento causando grande prejuízo à produção.

maior concentração de cacaueiros silvestres e cultivados. Desse modo, Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia estão enquadrados como alto risco; Amapá, Mato Grosso e Pará, como médio risco; e Bahia e Espírito Santo, baixo risco.

A Instrução Normativa Nº 13, prevê também que as propriedades que possuam plantas dos gêneros

Theobroma e *Herrania*, silvestres ou cultivadas, deverão ser cadastradas e georreferenciadas, com identificação do local composta pelo código do município com cinco dígitos, de acordo com o banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, seguida por numeração de três dígitos sequenciais.

Em caso de suspeita de foco da *Moniliophthora roreri* a comunicação deverá ser feita diretamente à Superintendência Federal de Agricultura no Estado. A investigação deverá ser feita por Fiscal Federal Agropecuário em até 12 horas após a notificação. No caso de resultado positivo, o plano de controle determina a aplicação de medidas emergenciais como deslocamento imediato de técnicos capacitados para a área focal, a fim de delimitar e implementar as ações de controle e erradicação da praga.

O Manual de Procedimentos do Plano de Contingência para *Moniliophthora roreri* será disponibilizado no sítio eletrônico do Mapa: www.agricultura.gov.br, contendo informações bioecológicas da praga, probabilidade de introdução e dispersão, consequências econômicas, sociais e ambientais, medidas de controle e manejo, pesquisa, treinamento/capacitação e projeto de educação sanitária.

Comitê técnico (CTPMC) na Bahia

O Comitê Técnico de Prevenção da Monilíase do Cacaueiro - CTPMC é uma representação estadual da sociedade civil na gestão das ações que visam proteger a cacauicultura no Estado da Bahia dos danos econômicos, sociais e ambientais que estão associados à introdução da praga *Moniliophthora roreri* em território baiano.

O objetivo é desenvolver ações de prevenção à entrada e o estabelecimento da Monilíase do Cacaueiro no Estado da Bahia, através de atividades integradas de Pesquisa, Assistência Técnica, Educação e Defesa Sanitária Vegetal.

Foi criado em 09.06.2011 e é composto pelas seguintes instituições representadas:

- Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia – ADAB
- Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC
- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA
- Federação da Agricultura do Estado da Bahia – FAEB
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IF BAIANO
- Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia – SEAGRI
- Superintendência Federal de Agricultura do Estado da Bahia – SFA/MAPA/BA
- Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC

Sob a direção da Coordenadora Geral, Eng^a Agr^a Catarina C. de Mattos Sobrinho, Fiscal Estadual Agropecuário/ADAB, no ano de 2011, dentre outras ações desenvolvidas, foram instaladas 135 unidades de monitoramento, perfazendo 39,01% do programado, envolvendo mais de 64 técnicos diretamente na execução dos trabalhos em campo, lotados em sete diferentes núcleos de extensão rural da Ceplac e Coordenadorias Regionais da ADAB de Itabuna e Teixeira de Freitas, cuja área geográfica abrange do recôncavo ao extremo sul baiano. Foram realizados 44 eventos educativos com 819 pessoas participantes, sendo distribuídos 362 cartazes e 1.743 folders com informações técnicas sobre a praga. Houve participação em oito eventos ligados à agropecuária estadual e nacional, divulgando as atividades realizadas, bem como na mídia regional e sites oficiais da ADAB, CEPLAC, EBDA, SEAGRI e MAPA.



Coordenadora Geral CTPMC, na Bahia, Eng^a Agr^a Catarina Mattos Sobrinho

Ceplac dá suporte a concurso de cacau fino em três grandes eventos de Chocolate

Neste mês de junho e em julho próximo, três eventos movimentam o mercado de cacau fino e chocolate gourmet, com realização de concursos para eleger o melhor chocolate fino do Brasil e do mundo. O primeiro deles é o **IV Festival Internacional do Chocolate da Bahia**, em Ilhéus. Em julho, a **Expo Brasil Chocolate**, em São Paulo, e o **Salon Du Chocolat**, em Salvador, também abrirão espaço para as competições.

IV FESTIVAL INTERNACIONAL DO CHOCOLATE DA BAHIA: De 28 de junho a 2 de julho. Este evento já vem sendo realizado há três anos em Ilhéus e este ano reúne, em cinco dias, o mais diversificado público que se interessa por chocolate e cacau: produtores de cacau, industriais de chocolate nacionais e internacionais, além de visitantes de todo país.



A EXPO BRASIL CHOCOLATE: De 04 a 07 de julho em São Paulo. É um evento totalmente dedicado e focado para o mundo do Chocolate e permitirá sinergia da Indústria, Comércio e Serviços, envolvendo toda a cadeia produtiva do chocolate, estreitando relacionamentos e resultando em uma melhor visibilidade e divulgação das marcas de chocolate e qualidade de cacau.

SALON DU CHOCOLAT DE SALVADOR: De 06 a 08 de julho. O Salon Du Chocolat, a maior feira de chocolate do mundo, surgiu em Paris em 1995 e está consolidado em cidades como Paris, Nova York, Xangai, Tóquio, Pequim e Moscou.



Os concursos pretendem sensibilizar os produtores e outros operadores da cadeia do cacau no contexto nacional e internacional sobre as oportunidades de negócios que podem surgir da diferenciação de cacau de qualidade, além de estimular o desenvolvimento da capacidade dos estados produtores em encontrar, avaliar e

produzir tipos especiais de cacau.

A Ceplac recebe sessenta amostras de cacau, que são caracterizadas e avaliadas por meio de métodos físicos, químicos e de prova de corte padronizados. As amostras são avaliadas por especialistas, que selecionarão 30% delas como finalistas para ser processadas como chocolates.